

O MUNDO URBANO DO TRABALHO NO ALVORECER DA INDUSTRIALIZAÇÃO:

O CASO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL

Joana Dias Pereira
Doutora em História
Investigadora da Universidade Nova de Lisboa

Abstract: This article main goal is to deepen the understanding both a spatial reality and a historical process – the emergency of industrial areas and workers communities. It seeks to illustrate, through an empirical and monographic research, several territorial and spatial phenomena related to the germination of intricate social networks in the workers neighborhoods and villages and the rise of the labor movement.

It attempts to demonstrate that, if many questions still prevail concerning the relationships between economic structure and political action, it is clear that the origin of the workers mass associations is deeply related with industrialization, urbanization and the sociability framework resulting of both processes.

Keywords: Industrial Areas; Life conditions; Workers Communities; Workers Culture; Workers Movement

O MUNDO URBANO DO TRABALHO EM PORTUGAL: ESTADO DA QUESTÃO

A industrialização portuguesa foi tardia e incipiente determinando a geração de uma classe operária débil e heterogénea. No entanto, verifica-se que estas características estruturais não terão impedido a formação da sua consciência, tendo em consideração a cultura própria que germinou nas principais bolsas industriais e a disposição para a acção conjunta que o proletariado urbano demonstrou desde os finais de oitocentos.

A profusão além-fronteiras de estudos monográficos referentes ao enquadramento geográfico, económico, social, cultural e político no qual este processo se concretizou

trouxeram uma nova luz à história social. A história urbana destacou-se desde então como uma disciplina essencial à compreensão dos fenómenos económicos e socioculturais que estão na base do desenvolvimento do movimento organizativo e reivindicativo do operariado.

Como Michelle Perrot faz notar, ao contrário do que acontecia nos países ocidentais mais desenvolvidos, como a Alemanha ou os Estados Unidos, onde a consciência de classe é forjada na grande fábrica moderna, nos países de industrialização tardia a autonomia da vila ou do bairro popular providenciaram o cadinho necessário à reprodução de já tradicionais solidariedades de classe¹.

Todavia, o mundo urbano do trabalho está pouco estudado em Portugal, particularmente numa abordagem historiográfica. Sociólogos, antropólogos, arqueólogos e arquitectos têm-se dedicado mais à análise desta realidade do que os historiadores. Entre as excepções contam-se algumas teses académicas e escassos artigos científicos.

As monografias que se debruçam sobre os mais destacados bairros e vilas operárias portuguesas são sem dúvida os principais contributos à compreensão deste fenómeno, de um ponto de vista histórico. A evolução destes aglomerados é analisada numa perspectiva diacrónica e com objectivo de compreender processos de longa duração como a industrialização e a urbanização².

É de sublinhar, porém, que fenómenos sociológicos, antropológicos e até geográficos relacionados com estes processos têm também vindo a ser abordados em estudos académicos³, fornecendo dados incontornáveis para a reconstrução histórica. Nestes, com recurso a testemunhos orais e outras metodologias próprias destas disciplinas, revela-se uma intrincada teia de relações familiares e supra-familiares que envolve o operariado urbano e que está estreitamente relacionada com a tipologia de ocupação do território.

¹ PERROT, Michelle, “The French Working Class Formation” in KATZNELSON, Ira; ZOLBERG, Aristide R. - **Working-Class Formation**. New Jersey: Princeton University Press, 1986, pp105-106

² QUINTAS, Maria da Conceição, **Setúbal: Economia, Sociedade e Cultura Operária**, Tese de doutoramento em História pela Universidade de Coimbra, 1995; VIDAL, Frédéric, **Les habitants d’Alcântara au début du XXe siècle**, Tese de doutoramento em História pela Faculté de Géographie, Histoire de l’art e Tourisme de la Université Lumière – Lyon 2, 2003; FLORES, **Almada na história da indústria corticeira e do movimento operário (1860-1930)**, Almada: Câmara Municipal de Almada, 2003

³ CRUZ, Maria Alfreda, **A Margem Sul do Estuário do Tejo: factores e formas de organização do espaço**, [s.l.: s.n.], 1973; ALMEIDA, Ana Nunes, **A Fábrica e a Família**, Tese de doutoramento em Sociologia pelo ISCTE da Universidade Técnica de Lisboa, 1990; ESTANQUE, Elísio, **Entre a Fábrica e a Comunidade**, Porto: Afrontamento, D.L. 2000

Não se pode descurar, finalmente, o valioso contributo da arqueologia industrial. As evidências materiais reflectem a fisionomia fabril que foram ganhando as periferias das duas principais cidades nacionais ao longo dos séculos XIX e XX, quando as tradicionais oficinas localizadas nos centros históricos foram preteridas por alguns sectores em favor de unidades de produção maiores e mais modernas. Os vestígios arqueológicos, em paralelo com a iconografia e a cartografia, ilustram estas realidades espaciais, onde a fábrica e a organização do tecido urbano fabril se relacionam com diferentes fenómenos económicos, sociais e culturais que emergem do desenvolvimento industrial⁴.

O conhecimento do mundo urbano do trabalho no período de industrialização conta ainda com a contribuição de estudos que incidem sobre a residência operária, alguns na área da arquitectura, destacando a sua insalubridade mas também algumas características territoriais e espaciais relevantes para a compreensão da vivência quotidiana nestes contextos⁵.

As mais recentes abordagens históricas a esta temática analisam fenómenos incontornáveis como a suburbanização, a espacialidade das práticas e das representações sociais ou as mobilidades sociais. Estes estudos permitem aferir que o contexto urbano e suburbano, no qual o operariado português se concentrou a partir da última década de oitocentos, terá propiciado o cadinho para a germinação de novas sociabilidades, indissociáveis das condições de vida que os seus habitantes, provindos recentemente de meios rurais, encontraram neste novo ambiente espacial – o urbano⁶.

Em suma, existe um vasto campo de investigação nesta área cujo desenvolvimento trará dados novos e imprescindíveis à compreensão do movimento e da cultura germinada em contextos urbanos, e particularmente nos de vocação industrial. Os estudos que

⁴ CUSTÓDIO, Jorge, *Reflexos da Industrialização na Fisionomia e Vida da Cidade in* MOITA, Irisalva (coord.) - **O Livro de Lisboa**, Lisboa: Livros Horizonte, 1994; FOLGADO, Deolinda, **A nova ordem industrial. Da fábrica ao território de Lisboa. 1933-1968**, Tese de Doutoramento em História de Arte, 2009.

⁵ PEREIRA, Nuno Teotónio, “Pátios e vilas de Lisboa, 1870-1930: a promoção privada do alojamento operário”, In **Análise Social**, Lisboa, Vol. XXIX (3.º), 1994 (n.º 127), 509-524; GUIMARÃES, Paulo, “A habitação popular urbana em Setúbal no primeiro terço do século XX”, In **Análise Social**, Lisboa, Vol. XXIX (3.º), 1994 (n.º 127), pp. 525-554; TEIXEIRA, Manuel C, “A habitação popular no século XIX – características morfológicas, a transmissão de modelos: as ilhas do Porto e os cortiços do Rio de Janeiro”, In **Análise Social**, Vol. XXIX (3.º), 1994 (n.º 127), pp. 555-579

⁶ PINHEIRO, Magda, “O Subúrbio entre o arrabalde antigo e a metrópole: identidade e temporalidade”, In **Ler História**, Lisboa, 48/2005; ROGRIGUES, “Infra-estruturas e urbanização da margem sul: Almada, séculos XIX e XX”, In **Análise Social**, Lisboa, Vol. XXXV (Outono), 2000 (n.º 156), pp. 547-581; VIDAL, Frédéric, “A hipótese da cidade móvel. Itinerários urbanos numa perspectiva comparada”, In **Ler História**, Lisboa, 2005/48.

procuramos elencar mostram, pela diversidade de formação dos seus autores, que o estudo do mundo urbano do trabalho exige necessariamente uma abordagem interdisciplinar.

Revista
CONVERGÊNCIA
CRÍTICA

FONTES PARA RECONSTRUÇÃO HISTÓRICA DO MUNDO URBANO DO TRABALHO

Se uma grande pluralidade de abordagens disciplinares contribui para o conhecimento do mundo do trabalho, uma ampla diversidade de fontes fornece igualmente dados valiosos para a reconstrução histórica da sua gênese e evolução. Com efeito, das fontes oficiais à imprensa, dos vestígios materiais aos testemunhos orais, ou da cartografia à iconografia, muitas e muito ricas são as fontes de informação sobre a realidade em análise.

Entre as primeiras destacam-se os recenseamentos e os inquéritos oficiais. Os primeiros traduzem a intensificação da urbanização do país desde meados do século XIX e, discriminando os grandes grupos profissionais a partir de 1890, oferecem uma ferramenta não negligenciável para o mapeamento das bolsas industriais, para a avaliação do peso do operariado em determinadas realidades espaciais e para a reconstrução da evolução do assentamento territorial da actividade transformadora e da mobilidade dos seus trabalhadores.

São também fundamentais os inquéritos industriais e os relatórios das diferentes circunscrições, que dão algum esclarecimento sobre o desenvolvimento tecnológico fabril, o grau de concentração operária, a composição etária e de género dos seus contingentes e as relações de produção. Os inquéritos industriais têm vindo a ser a principal fonte para caracterizar a industrialização portuguesa e a base material em que foi formada a classe operária nacional.

Sabemos que as pequenas e médias unidades de produção diminutamente mecanizadas dominaram o contexto fabril português durante todo o período em análise – desde o alvorecer da industrialização até aos anos 1930 – mas que a sua concentração geográfica e sectorial determinava uma forte concentração das classes profissionais ligadas à indústria. O operariado contava com uma percentagem significativa e crescente de mulheres e menores sobre-explorados, que asseguravam em regime adventício as tarefas que não requeriam especialização⁷.

⁷ Inquéritos industriais de 1890, 1917 e 1930

Para uma micro-análise da realidade laboral urbana que marcou a gênese do trabalho industrial, é necessário ter ainda em conta outros inquéritos parciais, entre os quais se destaca o dirigido às associações de classe em 1909, mas também outros mais específicos como o *Inquérito aos pátios de Lisboa de 1902*, o *Inquérito sobre o Estado da Indústria da Tecelagem na cidade do Porto e situação dos respectivos operários de 1888* ou o *Inquérito sobre as condições de trabalho manual nas fábricas de tabaco e situação dos respectivos operários de 1887*.

Nestes inquéritos são fornecidas preciosas informações relacionadas com a realidade física quer dos locais de trabalho quer das habitações operárias. São frequentes as denúncias referentes à falta de higiene, à coexistência dos operários com fumo e gases sufocantes, à toxicidade das matérias-primas, à humidade, à falta de ventilação e de cubagem necessária à mesma nas oficinas.

Os altos preços das rendas das casas em torno das fábricas, “por más que sejam as suas condições” são igualmente alvo de numerosas reclamações, “havendo ainda assim uma grande falta de alojamento”, e “dando-se a circunstância de existirem em casas muito pequenas, aglomeradas, duas e mais famílias” Nestas fontes abundam de facto os depoimentos referentes às condições de vida do operariado, “as mais propícias para conduzirem ao depauperamento, à miséria orgânica”: “os alojamentos insalubres”, “a alimentação imprópria”, entre outras⁸.

No que respeita à habitação operária, *O Inquérito aos Pátios de Lisboa* é sem dúvida uma fonte incontornável, descrevendo várias tipologias de habitações cujo denominador comum é a insalubridade. No entanto, esta e outras fontes, como os processos de obra existentes nos fundos locais das áreas industriais, reflectem outras características da realidade residencial do operariado português e que terão um papel fundamental no desenvolvimento de sociabilidades inéditas – a organização dos fogos em torno de espaços comuns, a coexistência de várias famílias no mesmo fogo, a exclusão espacial concretizada na ocupação das traseiras dos quarteirões, entre outras.

A análise da imprensa local das áreas industriais sustenta a tese que estes testemunhos oficiais indiciam: artigos de opinião, entrevistas e protestos denunciam os

⁸ *Inquérito sobre as condições de trabalho manual nas fábricas de tabaco e situação dos respectivos operários de 1887*, p. 30 e seguintes

graves problemas de saúde pública que a ausência de infra-estruturação dos bairros mais pobres e as deploráveis condições de habitabilidade do operariado determinavam.

No entanto, a imprensa destas comunidades testemunha uma outra especificidade do mundo urbano do trabalho – a vivência colectiva quotidiana marcada pelo associativismo operário. Este fenómeno determinará a geração de inúmeros novos espaços singulares – os espaços de sociabilidade. Sobretudo a partir de 1890 são anunciadas nos periódicos locais centenas de inaugurações de sedes de agremiações operárias. Estas albergaram, no período em análise, iniciativas e actividades diárias, que reuniam largas dezenas de operários.

Por outro lado, a reconstrução cartográfica e a iconografia disponível tornam possível depreender que, nas bolsas industriais que se desenvolveram nesta região, os operários conviviam num espaço segregado, onde o quotidiano entre o trabalho, o lazer e a vida familiar praticamente não se distinguiam. Os vestígios materiais do processo de industrialização, uma mescla de bairros, residências clandestinas, unidades de produção e agremiações operárias, reflectem exactamente a mesma realidade.

Finalmente, os testemunhos orais são eloquentes na descrição das condições de vida da classe operária portuguesa em formação e das práticas comuns de milhares famílias que abandonaram o seu meio rural de origem e que na alvorada do século XX portugueses vieram habitar os contextos urbanos e suburbanos de vocação industrial.

Concluindo, neste artigo procurar-se-á divulgar a análise efectuada numa região específica – a Península de Setúbal, uma das áreas mais industrializadas dos arredores de Lisboa, sustentada em fontes documentais primárias e nas evidências materiais conservadas *in situ*. O principal objectivo é contribuir para reconstrução de uma realidade espacial – o mundo urbano do trabalho no alvorecer da industrialização.

Os dados empíricos desta investigação têm vindo a ser colocados em paralelo com os fornecidos por outros estudos realizados em realidades similares, numa tentativa de contribuir para a caracterização de um processo histórico que determinou alterações estruturais na economia, na sociedade, na cultura e na vivência quotidiana – a industrialização e a formação da classe operária.

Estes processos têm um enquadramento espacial cuja relevância tem vindo a ser descurada pela historiografia social portuguesa, mas que além-fronteiras se vem a constituir como a base explicativa da germinação e desenvolvimento do movimento

autônomo dos trabalhadores e de uma cultura, que muitos autores não hesitam em designar de operária.

Revista
CONVERGÊNCIA
CRÍTICA

A FORMAÇÃO DO MUNDO URBANO DO TRABALHO NA PENÍNSULA DE SETÚBAL

A introdução da máquina a vapor em Portugal e a consequente prescindibilidade da energia hidráulica favoreceu a deslocação da indústria para os arredores das grandes cidades, onde o mercado interno e externo, bem como as matérias-primas se tornavam mais acessíveis. Entre 1864 e 1911 a população das cidades portuguesas duplicou. É necessário sublinhar que para este aumento contribuiu sobretudo a explosão da população urbana nos distritos de Lisboa – de 176.510 para 465.705; e do Porto – de 91.162 para 199.582⁹.

Entre esta o operário tomou a dianteira. Na segunda metade do século XIX a população fabril concentrou-se sobretudo em bairros periféricos mas integrados nas duas grandes cidades. Em Lisboa distinguiram-se o 1.º e o 4.º bairros - com 46,2% e 43,6% de operários e trabalhadores do sector dos transportes respectivamente. Mas a tendência foi para a suburbanização da média e grande indústria¹⁰.

De facto, quer os inquéritos industriais quer os censos populacionais indiciam uma progressiva concentração fabril nas periferias das grandes cidades (Lisboa e Porto), e uma consequente segregação do operariado que aqui ganha cada vez maior preponderância e estabilidade ao longo do primeiro terço do século XX.

Na margem Sul do Tejo e Norte do Sado começam a distinguir-se bolsas com assinalável concentração de trabalhadores da indústria. Segundo os censos populacionais, a partir da última década de oitocentos, os principais aglomerados urbanos da região em foco – Almada, Barreiro, Seixal e Setúbal – vêm crescer exponencialmente as suas populações, bem como a percentagem de operários no seu seio.

Entre 1890 e 1930 a Península regista um aumento populacional na ordem dos 180%, para o qual terão essencialmente contribuído as taxas de crescimento das vilas industriais que, invadidas por beirões, alentejanos e algarvios em busca de um salário fixo, chegam a crescer 370%, como o Barreiro¹¹.

⁹ Censo da população do Reino de Portugal, 1890, vol. I, pLXXXIV

¹⁰ Censo da população de Portugal, 1890, Vol. III, p120-138

¹¹ Censo da população do Reino de Portugal, 1890, vol. I, p160-174; Censo da população de Portugal, 1930, vol. I, p14-17

Em 1890 as rubricas *indústria e transportes* somavam 31% em Almada, 53,8% no Barreiro, 46,1% no Seixal e apenas 23% em Setúbal. Em 1911, somavam já 63% no Barreiro, 57,2% no Seixal, 45% em Almada e em Setúbal 40%¹².

Para além destas, outras classes profissionais registavam altos índices de proletarização, como por exemplo os marítimos (a rubrica *pesca e caça* do distrito de Setúbal, no recenseamento geral da população de 1930, regista 13 469 trabalhadores por conta de outrem em 14 296 activos). Aliás, os assalariados em geral constituíam 85% de toda a população activa desta região¹³.

Muito embora as suas remunerações fossem à época consideravelmente superiores às dos trabalhadores rurais¹⁴, o contexto urbano inseria novas dificuldades para as camadas mais desfavorecidas. O aumento populacional repentino terá acarretado a especulação no mercado de arrendamento. *Casas abarracadas, barracas* (de madeira), *barracas de alvenaria, grupo de casas abarracadas*, destinadas a alugar às *classes laboriosas*, abundam entre os pedidos de construção às Câmaras Municipais.

A imprensa local e regional, bem como a fotografia dão também a conhecer uma outra realidade generalizada que não deixou vestígios materiais nem documentos oficiais, a auto-construção. A proliferação de bairros clandestinos erguidos pelos próprios trabalhadores, com materiais muitas vezes trazidos das próprias fábricas, caracteriza o crescimento destes aglomerados no período em análise, quando os *bairros da lata* têm a sua génese.

Finalmente, o parque habitacional actualmente conservado nestes aglomerados reflecte uma hierarquia social muito limitada. Mesmo as casas destinadas à *aristocracia operária*, residências unifamiliares construídas pelos industriais ou pelo Estado, patenteiam uma humildade e um despojamento consideráveis. De facto, a morfologia, os materiais, a luminosidade e as condições de habitabilidade que caracterizam as antigas residências operárias em geral reflectem a redução do bem-estar destas populações à sua expressão mínima.

¹² Censo da população de Portugal, 1890, Vol. III, p120-138; Censo da população de Portugal, 1911, Vol. V, p111-129

¹³ Censo da população de Portugal, 1930, vol.III, p56

¹⁴ Anuário Estatístico de Portugal de 1921, p192 e p223-233

Os testemunhos orais são eloquentes: “Quando o meu pai veio trabalhar como corticeiro para a Piedade, viemos para um quarto neste r/c (Fogo na Rua das Salgadeiras – 3 quartos com cerca de 4/5m² uma cozinha da mesma dimensão onde habitavam duas famílias, num total de 8 pessoas. A casa não tinha água, canalização nem electricidade). Dormíamos os cinco na mesma cama, os meus pais, a minha irmã, eu e o meu irmão, que dormíamos aos pés”. O mesmo testemunho refere que posteriormente esta família foi habitar uma área esconsa entre o tecto do último andar de um prédio e a cobertura de telha, um espaço exíguo sem qualquer isolamento térmico ou instalação sanitária¹⁵.

As péssimas condições de salubridade das habitações operárias eram acompanhadas de uma total ausência de infra-estruturação das suas áreas de residência. As condições de habitabilidade e a ausência de rede de esgotos nos bairros mais pobres contribuíam para a propagação da “tuberculose, a meningite, a difteria, a varíola e outras doenças”¹⁶. A primeira, aliás, quando invadia os lares operários, para usar uma expressão da época, era implacável. Afirmava o director dos serviços de desinfecção do Montijo, em 1931: “encontrei habitações humanas inferiores à casa do meu cão (...). Cheguei a dirigir a desinfecção de seis casas de tuberculosos por mês!”¹⁷.

De facto, segundo o *Inquérito sobre o abastecimento e saneamento das sedes dos concelhos do país*, a população destas cidades teria crescido desmesuradamente face ao número de fogos. A rede de distribuição de águas limitava-se às zonas centrais das cidades, tendo a população dos bairros excêntricos – a mais pobre – de se abastecer com a água dos poços particulares, a preços muito superiores aos dos municípios. A rede de esgotos, onde existe, é antiga e só serve águas pluviais. “Os despejos ou são conduzidos a fossas particulares, que são limpas de tempos a tempos, ou são retidos nas habitações, e recolhidos depois em camionetas camarárias, que os transportam à montureira geral”¹⁸.

No que respeita às condições sanitárias em que se desenvolvia a actividade fabril, preponderante nestes aglomerados, os relatórios dos sub-delegados de saúde municipais

¹⁵ Testemunho de um operário corticeiro e depois metalúrgico, oriundo de Silves que viveu na Piedade desde 1947

¹⁶ *O Eco do Barreiro*, 15 de Junho de 1926, p1

¹⁷ *Montijo*, 7 de Junho de 1931, p1

¹⁸ *Inquérito sobre o abastecimento e saneamento das sedes dos concelhos do país. Ministério das Obras Públicas e Comunicações*, 1934, p2

referindo “cheiros nauseabundos”» e “gazes fétidos sobre a cidade...”¹⁹ são complementados com abundantes relatos na imprensa destas vilas e em documentos oficiais das comarcas referindo a insalubridade das indústrias²⁰.

Finalmente, e para terminar a caracterização deste contexto, sublinhe-se que nas vilas industriais, a ausência de pequenas parcelas de terra – que em meio rural permitiam complementar o regime alimentar das populações –, determinava um agravamento dos problemas de subsistência das famílias suburbanas. As camadas mais desfavorecidas destas comunidades, segundo estudos oficiais, não conseguiam pagar, com os seus parques rendimentos, os elevados custos que a especulação determinava sobre o preço dos géneros²¹.

Os operários desta região, concentrados geograficamente, identificam-se nas suas condições de vida e progressivamente na sua consciência. O isolamento e as condições materiais de existência destas comunidades, no período em análise, contribuirão para que se teçam estreitos laços de solidariedade entre a população traduzidos em sociabilidades inéditas.

¹⁹ Arquivo da CMS, 1917

²⁰ Actas da CMB, vários anos

²¹ *Boletim de Previdência Social*, n.º 19, Janeiro a Julho de 1928

A VILA E O BAIRRO OPERÁRIO: PRODUÇÃO, HABITAÇÃO, LUTA E LAZER

Nesta região que se elegeu como estudo de caso para ilustrar a significância do factor territorial e espacial, desenvolveram-se complexos industriais com características distintas. O contraste mais evidente é naturalmente o que distingue a cidade de Setúbal das vilas da *outra banda* de Lisboa. De facto, no primeiro caso trata-se de uma futura capital de distrito com um desenvolvimento económico autónomo, enquanto na margem Sul do Tejo os aglomerados urbanos não são mais que o germe da cintura industrial da metrópole.

Entre estes últimos, todavia, também são notórias evoluções diferenciadas: o Barreiro tornou-se o principal complexo industrial nacional, congregando o potentado da *Companhia da União Fabril*, as *Oficinas Gerais dos Caminhos de Ferro*, e uma quantidade relevante de fábricas de cortiça de pequena a grande dimensões; no concelho de Almada forma-se um núcleo urbano parcialmente isolado, a Cova da Piedade, onde se desenvolve uma heterogénea bolsa industrial constituída por tanoarias, corticeiras, conserveiras e uma grande fábrica de moagem; no Seixal desenvolveram-se distintos pequenos aglomerados em torno de unidades de produção de dimensões consideráveis, da *Fábrica de Lanifícios*, na Arrentela, da *Fábrica Garrafas*, na Amora, e posteriormente das grandes corticeiras *Mundet* e *Wincander*, na sede do concelho.

Estas especificidades fazem sobressair o principal denominador comum ao contexto em que germina o movimento e a cultura autónoma dos trabalhadores, o espaço urbano de vocação industrial – a vila e o bairro operário. De facto, independentemente da tipologia e da dimensão das unidades de produção, do grau de concentração operária em cada uma delas, da heterogeneidade do tecido industrial, entre outros factores, a convivência quotidiana entre a fábrica, a residência e os espaços de sociabilidade que proliferaram nestes aglomerados surge como o mais destacado ponto de convergência entre os diferentes enquadramentos em que o movimento operário se terá desenvolvido.

De facto, é necessário sublinhar que o contexto em que foi formada a classe operária portuguesa não se resume às degradantes condições de vida e de trabalho que marcaram o alvorecer da industrialização. A reconstrução histórica da realidade territorial e espacial destas comunidades operárias indicia igualmente uma intensa actividade colectiva

estimulada pela concentração, pela segregação, mas também pela própria morfologia do tecido urbano.

Reconstituindo o ambiente que os trabalhadores encontraram quando migraram em massa para as cidades, através da cartografia, da iconografia, da fotografia da época e dos vestígios arqueológicos conservadas *in situ*, verifica-se inequivocamente que a vivência destas comunidades foi circunscrita a um limitado espaço geográfico e social.

As evidências materiais do processo de industrialização na região em análise – uma mescla de bairros e habitações clandestinas, unidades de produção, armazéns e agremiações operárias comprovam que as fábricas, a residência operária, as suas sedes de cultura e lazer e os seus bastiões de classe hegemonizavam o território ocupado pelo subúrbio industrial.

As unidades de produção impunham-se como elementos estruturantes do tecido urbano, assim como da vida dos seus habitantes. A intrusão visual, sonora e a poluição atmosférica que determinavam tornavam as vilas e os bairros operários numa grande fábrica. Até porque para lá dos principais edifícios e conjuntos que albergavam as principais produções, proliferavam fabricos e armazéns desordenadamente implantados nas apertadas vielas dos antigos núcleos rurais que estiveram na génese destes aglomerados.

As áreas residenciais, que ocupavam os espaços residuais ou sobrantes, tinham características comuns que marcaram a vivência familiar do operariado português na alvorada do século XX – a predominância dos espaços comuns, a coexistência de várias famílias no mesmo fogo, a exclusão espacial concretizada na ocupação das traseiras dos quarteirões, entre outras que terão tido um papel fundamental no desenvolvimento de sociabilidades inéditas.

Como deduz Ana Nunes Almeida dos testemunhos orais que recolheu no Barreiro, a pobreza material e as privações são as principais características da vida familiar operária, os “alojamentos exíguos, sobrelotados e precários, situados em pátios, águas furtadas, partes de casas cedidas, abertos para a rua, dificilmente se podem associar à ideia de um *lar* burguês”²². De facto, neste ambiente o desenvolvimento de relações supra-familiares

²² ALMEIDA, Ana Nunes de – **A fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro**. Tese de doutoramento em Sociologia pelo ISCTE da Universidade Técnica de Lisboa, 1990, p97

verifica-se num grau muito mais significativo do que noutros contextos socioeconómicos onde a privacidade era garantida.

Os depoimentos orais reflectem essa mesma preponderância do colectivo sobre o individual. As mulheres, principalmente, relatam as vivências relacionadas com as actividades domésticas e o cuidado dos filhos, destacando invariavelmente a imprescindibilidade da entreadjuada quando a fábrica tomava a maior parte do tempo.

Se as *mulheres das fábricas* construíam laços de solidariedade entre o mundo do trabalho e o ambiente doméstico, a sociabilidade dos trabalhadores desenvolvia-se preferencialmente nos espaços de lazer. Todavia, também nas colectividades de cultura, recreio e desporto se reflectia a origem de classe. Da mesma forma que as áreas residências eram hegemonicamente habitadas por corticeiros, ferroviários ou conserveiros, os livros de sócios das agremiações são elucidativos quanto à composição social das mesmas – exceptuando raríssimos e restritos clubes da pequena e média burguesia (uma ínfima parte da população), as associações desta região são hegemónicas pelo operariado.

A apropriação do espaço para onde foi segregado concretizar-se-á com efeito pela profusão do associativismo operário. Entre os finais de oitocentos e os anos 1930, largas dezenas de sociedades de socorros mútuos, cooperativas, colectividades de cultura e recreio, clubes desportivos e associações de classe foram fundadas na Península de Setúbal.

A conquista do espaço vivido teve igualmente impacto no território. Se a habitação era expelida para as áreas residuais, a ocupação das antigas centralidades pelos imponentes edifícios que albergavam as sociedades operárias espelha o progresso que representava a organização colectiva e autónoma do lazer e da luta reivindicativa. Como defende a geógrafa Maria Alfreda Cruz, na sua obra *A Margem Sul do Estuário do Tejo: factores e formas de organização do espaço*, estas associações estão entre «as primeiras instalações de carácter urbano» e constituem «conquistas de um proletariado em elaboração»²³. O relatório da 3.ª circunscrição da Repartição do Trabalho Nacional sublinhava com visível

²³ CRUZ, Maria Alfreda – *A Margem Sul do Estuário do Tejo: factores e formas de organização do espaço*. [s.l.: s.n.], 1973 ,p289

ressentimento “os soldados têm a sua associação de classe num aparatoso edifício construído na Avenida Todi, a principal artéria de Setúbal”²⁴.

Os testemunhos materiais que se conservam deste associativismo, nomeadamente as suas instalações, constituem elas mesmas fontes essenciais para a compreensão da vivência colectiva destas comunidades e para a análise do contexto espacial em que se desenvolveu a consciência operária. Com efeito, ainda hoje não se pode ignorar a monumentalidade destas sedes do associativismo operário, construídas muitas vezes autonomamente pelos trabalhadores.

A imprensa regional e local testemunha como era valorizada pelos sócios destas agremiações a aquisição ou a construção de um espaço próprio. Colectas, trabalho voluntário, iniciativas para angariações de fundos eram levadas a cabo pela massa associativa para alcançar esse importante objectivo, a propriedade colectiva de um local de reunião, de diversão, de elevação cultural e de emancipação social. Nos aniversários das associações as suas sedes eram generosamente ornamentadas e abertas ao público, num acto de manifesto orgulho e ostentação.

A análise biográfica de alguns protagonistas reflecte igualmente a relevância do associativismo operário para os indivíduos. Operários como José Custódio Gomes, “um apóstolo do associativismo” nos anos 1920 - sócio n.º 1 do Centro Socialista de Almada e da Associação dos Corticeiros, n.º 2 da Cooperativa Almadense, n.º 7 dos Socorros 1.º de Dezembro, n.º 17 da Filarmónica Incrível e n.º 19 da Academia²⁵ – ou Francisco Caixeiro, caldeireiro da CUF nos anos 1940 – sócio de várias colectividades barreirenses e militante do Partido Comunista²⁶ –, são largamente representativos deste operariado da cintura industrial em formação.

A intensidade da vivência associativa é igualmente testemunhada por um barreirense, José António Marques, no seu diário que recua aos anos 1920. Este ferroviário relata as reuniões da associação de classe, os bailes, as excursões e os jogos, comprovando uma

²⁴ *Boletim do Trabalho Industrial*, n.º 2, 1906

²⁵ *O Almadense*, 7 de Abril de 1929, p2

²⁶ ALMEIDA, Ana Nunes de – **A fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro**. Tese de doutoramento em Sociologia pelo ISCTE da Universidade Técnica de Lisboa, 1990, p47

frequência e um relevo assinalável destes eventos no quotidiano individual e colectivo destas comunidades²⁷.

Em suma, nestes espaços suburbanos e periféricos, onde os trabalhadores industriais são a maioria da população; onde a condição operária extravasa as unidades fabris para se reflectir nas áreas de habitação e lazer; onde os espaços vividos são sobretudo os comuns, desenvolveram-se redes sociais inéditas, que o próprio tecido urbano promoveu.

É inquestionável, por muitas dúvidas que ainda prevaleçam quanto às relações causais entre estrutura económica, contexto sociocultural e conjuntura política, por um lado, e a massificação do associativismo de classe, por outro, que este fenómeno está profundamente relacionado com a industrialização, a urbanização e as sociabilidades resultantes de ambos os processos.

Revista CONVERGÊNCIA CRÍTICA

²⁷ Arquivo Municipal do Barreiro, anos 1921-1934

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As comunidades operárias que se desenvolveram na Península de Setúbal a partir do último quartel de oitocentos, e que conheceram uma certa estabilidade nas décadas seguintes, viviam num espaço delimitado, onde o trabalho, o lazer e a vida familiar praticamente não se distinguiam.

A apropriação do espaço vivido foi uma das grandes conquistas da classe operária portuguesa em formação. A partir de meados do século XIX verificamos uma profusa fundação de agremiações operárias bem como uma progressiva ocupação das áreas privilegiadas do espaço urbano pelas suas sedes. Reflete-se assim no espaço físico vivenciado o desenvolvimento do associativismo operário, reflexo da uma gradual tomada de consciência *de si e para si*.

Estas associações tiveram um papel fulcral na origem do movimento autónomo dos trabalhadores e na germinação de uma cultura própria. Foram os principais centros de enriquecimento cultural das classes sociais mais desfavorecidas. Praticamente todas eram depositárias de bibliotecas, animadoras de escolas e de conferências destinadas aos trabalhadores, onde os postulados de emancipação social se difundiam privilegiadamente.

Por outro lado, este tipo de colectividades, garantindo a união intercorporativa, favorecia a solidariedade entre diferentes camadas da população. O enquadramento sociocultural das classes profissionais que se distinguiam no seio do proletariado era garantido pela vivência em espaços urbanos comuns e reforçada pela participação conjunta nas colectividades supracitadas.

As sociedades e clubes funcionavam de como um aglutinador de operários e trabalhadores de diversos ofícios, qualificados, especializados ou indiferenciados, conferindo-lhes um mais alargado sentimento de pertença, a consciência de classe. Como refere José do Carmo, serralheiro da CUF “a gente (...) juntava-se tudo nas colectividades”²⁸.

Finalmente, é de destacar a identificação destas agremiações com a luta reivindicativa do operariado - participam em comícios e cortejos operários, jogam e

²⁸ ALMEIDA, Ana Nunes de – **A fábrica e a família: famílias operárias no Barreiro**. Tese de doutoramento em Sociologia pelo ISCTE da Universidade Técnica de Lisboa, 1990, p173

actuariam em favor de grevistas e presos por questões sociais. As suas sedes são postas ao dispor das classes para iniciativas de carácter reivindicativo. No fundo, acompanham e potenciam o processo de autonomização do operariado.

Em dias festivos, as filarmónicas percorrem as ruas das vilas tocando *A Internacional* e o hino do 1.º de Maio. As peças teatrais como *A Greve* ou *O Capital* são frequentemente encenadas. Os próprios objectivos dos espectáculos afastam-se gradualmente da beneficência e da caridade, aproximando-se mais da previdência e da solidariedade. Segundo as descrições da época, nestas iniciativas culturais havia sempre um momento «político», em que os mais destacados dirigentes discursavam, sublinhando as vantagens do associativismo para a emancipação social e cultural do operariado.

Como procuramos demonstrar vários factores relacionados com a territorialização e a espacialidade terão contribuído para a germinação destes intrincadas redes sociais: a homogeneidade social determinada pela concentração industrial e pela necessidade dos operários habitarem junto aos locais de trabalho - numa época em que os transportes colectivos eram praticamente inexistentes -, a paridade das condições de vida e trabalho entre a população industrial justificadas pela sobre-exploração do trabalho - num contexto de uma industrialização assente fundamentalmente na mão-de-obra intensiva -, o constrangimento pelo próprio tecido urbano fabril de uma mundivisão estreitamente relacionada com o mundo do trabalho e a preponderância do espaço comum nas áreas residenciais - imposta pela especulação dos senhorios que procuravam a maximização dos seus proveitos.

O que é facto é que foi nesta região que o movimento reivindicativo do operariado conheceu uma maior intensidade no período em análise – desde a onda de greves sectoriais de 1909-11, às paralisações gerais de Janeiro de 1912 e Novembro de 1918, desde a ampla luta em solidariedade para com os operários da CUF em 1919 às grandes greves ferroviárias dos anos 1920 e terminando na tentativa de levantamento contra a fascização dos sindicatos em 18 de Janeiro de 1934, a Península de Setúbal destacou-se invariavelmente pelo carácter massivo da adesão.

Quando o regime salazarista coarctou a liberdade e a autonomia dos trabalhadores, extinguiu o sindicalismo e pretendeu igualmente tutelar todas as restantes formas de associação operária. As cidades e as vilas deixaram de pertencer às comunidades operárias

– as sedes das associações de classe foram seladas, assim como outros equipamentos a elas associados (escolas, salas de espectáculos, entre outras); as bandas filarmónicas foram impedidas de percorrer as ruas a tocar a *Internacional* em dias festivos, e até de utilizar os coretos públicos para espectáculos convencionais, quando não se mostravam alinhadas com o regime (Correspondência recebida pela Sociedade de Instrução e Recreio Barreirense, anos 1930); as ruas com designações relacionadas com a luta dos trabalhadores (1º de Maio) ou que constituem homenagens a figuras ligadas à mesma (Francisco Ferrer) foram rebaptizadas com nomes de protagonistas do regime imposto.

Todavia, os laços de solidariedade que se haviam criado entre trabalhadores nestes contextos espaciais foram difíceis de romper, até porque as condições materiais de existência, a concentração e a segregação apenas de agravaram e acentuaram nas décadas seguintes. Terá sido por essa razão que foi exactamente nestes bairros e vilas que a resistência anti-fascista contou com mais activistas, tal como aconteceu noutros contextos espaciais similares²⁹.

Revista
CONVERGÊNCIA
CRÍTICA

²⁹ LEQUIN, Yves – “Le monde des travailleurs manuels” in DUBY, Georges, (dir.) - **Histoire de la France urbaine**. Tomo 4.; [s.l.]: **Seuil, 1980**; JALLA, Danielle – Le quartier comme territoire et comme représentation: les “barrières” ouvrières de Turin au début du XXe siècle, *Le Mouvement Social*, Janeiro-Março de 1982, n.º 118, p79-97; OYÓN BAÑALES, José – “Historia urbana e historia obrera: reflexiones sobre la vida obrera y su inscripción en el espacio urbano 1900-1950”, *História Contemporânea* 24, 2002, p11-58